

PROTOCOLO DE REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O SUPORTE INCLUSIVO DAS BIBLIOTECAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ADA VERÔNICA DE NOVAES NUNES* e IVANILDO JOSÉ DE MELO FILHO**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT)

E-mail: ada.veronica@reitoria.ifpe.edu.br*. ivanildo.melo@paulista.ifpe.edu.br**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados a partir da implementação de um protocolo de revisão de literatura que teve como ponto central identificar quais estratégias têm sido diligenciadas ou recomendadas ao suporte inclusivo das bibliotecas para estudantes com deficiência visual no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Para a sua condução foram delimitados um conjunto de critérios e selecionados 03 (três) mecanismos de busca considerando o período dos últimos 5 (cinco) anos. Os resultados da investigação forneceram 9 documentos resultantes. A análise desses aponta que os Institutos Federais, enquanto rede acadêmica, desenvolvem ações ou realizam sugestões pontuais sobre o tema. Além disso, verificou-se que suas bibliotecas possuem documentos norteadores ao atendimento inclusivo. Todavia, evidencia-se que essas carecem de padronização para o suporte equitativo aos seus estudantes com deficiência visual.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecas Inclusivas. Educação Profissional e Tecnológica. Deficiência Visual.

LITERATURE REVIEW PROTOCOL ON THE INCLUSIVE LIBRARY SUPPORT FOR VISUALLY DEFICIENT STUDENTS IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

ABSTRACT

This article aims to present the results from the implementation of a literature review protocol that had as its central point to identify which strategies have been pursued or recommended for the inclusive support of libraries for visually impaired students in the context of Vocational and Technological Education (EPT). For its conduction were defined a set of criteria and selected 03 (three) search engines considering the period of the last 5 (five) years. The research results provided 9 resulting documents. Their analysis indicates that the Federal Institutes, as an academic network, develop actions or make specific suggestions on the subject. In addition, it was found that their libraries have guiding documents for inclusive care. However, it is clear that these lack standardization for equitable support for their visually impaired students.

KEYWORDS: Inclusive Libraries. Professional and Technological Education. Visual Impairment.

1 INTRODUÇÃO

O Censo Demográfico de 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidencia que 45,6 milhões de pessoas possuem ao menos um tipo de deficiência, correspondendo a 23,9% do total da população brasileira. Sendo, a deficiência visual a que mais atinge o Brasil (18,8%), na sequência, as deficiências, motora (7%), auditiva (5,1%) e, por fim, a mental ou intelectual (1,4%). O Censo ratifica, que há uma diferença expressiva no nível de escolaridade entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência, pois 61,1% da população com 15 anos ou mais com deficiência não têm instrução ou têm apenas o fundamental incompleto.

A legislação brasileira, ainda utiliza alguns termos impróprios, como o Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Esse, considera a deficiência no seu aspecto médico, utilizando conceitos de anormalidade, perda das funções, incapacidade e portador. Por isso, recomenda-se a terminologia, descrita no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) que define a pessoa com deficiência, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Conforme explica Feminella e Lopes (2016), observa-se que a legislação vem superando a lógica de anormalidade ou incapacidade e para isso, é fundamental que sejam suprimidas as barreiras para garantir a participação de todos os indivíduos em quaisquer espaços. A vida biológica é concebida pelo próprio organismo, e pertence a origem de sua existência. Assim, o sujeito, deve ser entendido como padrão de si mesmo e não como padrão de conceitos genéticos elencados pela ciência (CANGUILHEM, 2000). Nessa perspectiva, surge a importância da inclusão, que Sassaki (2010) destaca ser é um processo em que a sociedade se adapta para incluir pessoas com deficiência ou não. Trata-se de uma “equiparação de oportunidades”, em que o ambiente físico, a habitação, transportes, serviços, educação, trabalho, acesso à cultura, são acessíveis para todos, sob a inspiração dos princípios: celebração das diferenças, direito de pertencer e valorização da diversidade humana.

No contexto da Educação Profissional, a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, promulga que são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Além de ter, como uma das finalidades, desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais. Seguindo, portanto, os mesmos preceitos da inclusão. Mantoan (2015) destaca:

Ambientes humanos de convivência e de aprendizagem são plurais pela própria natureza e, por isso, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno – segundo suas capacidades e seus talentos – e de um ensino participativo, solidário, acolhedor (MANTOAN, 2015, pg.16).

De maneira complementar, Padilha (2013, pg.101) brilhantemente evidencia que: “vive-se a exclusão e fala-se de inclusão” na escola. A autora destaca que pouco se fala do ato de excluir, e não é possível incluir, sem compreender o porquê de está excluído. Além disso, a luta contra a exclusão é antiga, sendo inconcebível que indivíduos sejam selecionados de acordo com suas características físicas ou intelectuais.

Ter uma profissão é uma maneira de se estruturar economicamente e socialmente. Entretanto, muitos estudantes com deficiência não têm acesso ao material utilizado pelo professor, não podendo frequentar os mesmos espaços pedagógicos que os outros estudantes (SOUZA; RABELO, 2014). Direcionando a reflexão sobre o atendimento ou suporte inclusivo das bibliotecas no âmbito dos Institutos Federais (IF), Guerreiro e Porto e Cardoso e Valetim e Silva (2015) ratificam que as bibliotecas possuem como características fundamentais, o serviço de seleção e aquisição de materiais, atendimento aos usuários e, a finalidade de promover a utilização dos materiais de forma eficaz. Inclusive, ao observar as legislações vigentes e as iniciativas de domínio público dos IF sobre acessibilidade e inclusão, é possível perceber que, em relação às suas bibliotecas – apesar do Núcleo de Apoio às Pessoas com Deficiência (NAPNE) ser uma realidade presente nos Institutos – não possuem estratégias para o suporte aos seus estudantes com deficiência visual. Além disso, a Norma Brasileira 9050:2015 (NBR ABNT), indica, dentre outras coisas, que deve existir pelo menos uma rota acessível que interligue o acesso de estudantes às áreas administrativas, de recreação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas e; que as bibliotecas devem garantir recursos audiovisuais, publicações acessíveis e serviço de apoio, recomendando-se que possuam também, publicações em Braille.

Desse modo, este trabalho trata-se de um recorte de uma pesquisa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) que se encontra em andamento e que tem como objetivo geral verificar a contribuição de um roteiro orientativo para as bibliotecas visando o suporte inclusivo para os estudantes com cegueira ou com baixa visão no âmbito do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Para atingir esse objetivo, este artigo tem como propósito especificar e implementar um protocolo de revisão de literatura que possui a finalidade de identificar na literatura quais estratégias têm sido recomendadas ao suporte inclusivo das bibliotecas, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos Institutos Federais. A construção do protocolo é baseada nas orientações de Kitchenham (2007, 2009), que defende ser um modo de identificar, avaliar e interpretar os estudos e pesquisas relevantes para responder uma questão ou um fenômeno, referente a uma determinada temática.

Este artigo está organizado da seguinte forma: a seção 2 apresenta o planejamento e o desenvolvimento de todas as etapas e critérios constituintes do protocolo de revisão. A seção 3 apresenta os resultados obtidos a partir dos critérios estabelecidos na seção 2. Na sequência, na seção 4 são analisados e discutidos os artigos selecionados em diferentes contextos da EPT. A seção 5 relaciona as estratégias ao suporte inclusivo das bibliotecas na EPT identificadas. Por fim, a seção 6 apresenta as considerações finais e os próximos passos da pesquisa.

2 PLANEJAMENTO DA REVISÃO

Para a construção do protocolo de revisão, definiu-se 3 (três) etapas a serem seguidas. Na **Etapa 01**, foram formulados os questionamentos, em formato de pergunta, os quais respondessem o objetivo do artigo. Na **Etapa 02**, foram definidos os mecanismos de buscas, em quais banco de dados o processo seria realizado, e a definição dos descritores de pesquisa. E finalmente, na **Etapa 03**, foram elencados os critérios de inclusão e exclusão de documentos, com a finalidade de refinar a busca, resultando apenas em trabalhos específicos sobre a temática.

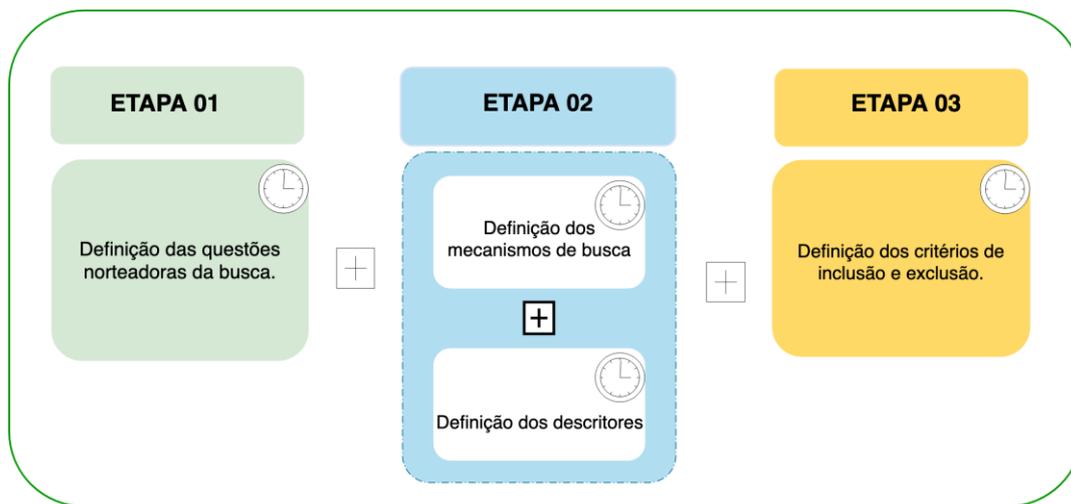


Figura 1 – Etapas para a construção do protocolo de revisão sistemática.

É imperioso planejar antes de realizar uma revisão detalhada, definindo-se os procedimentos básicos, e gerando um protocolo de revisão sistematizado (KITCHENHAM, 2007). Para a busca de informações, optou-se pela pesquisa automática que é uma seleção rápida, eficiente e não dispendiosa; tornando-se uma técnica que necessita, de uma atividade intelectual (ser humano) e um computador, este, programado e alimentado com informações a serem indexadas (VIEIRA, 1988).

2.1 Definição das questões norteadoras da busca

Minayo (2013), atenta que todas as investigações se iniciaram ou iniciam com uma dúvida ou por um problema, que estão intrinsecamente interligados aos conhecimentos prévios dos pesquisadores. Desse modo, foram definidas duas questões norteadoras, conforme podem ser observadas no Quadro 1, para a busca. Elas foram delimitadas considerando conceitos essenciais para a temática e as orientações de Kitchenham (2009).

Quadro 1 – Questões do protocolo.

Questão	Descrição
Q₁	Qual a importância de uma biblioteca inclusiva para pessoas com deficiência visual, além do acesso às informações de forma equitativa no ensino profissional e tecnológico?
Q₂	Quais as ferramentas e estratégias necessárias para tornar as bibliotecas inclusivas e que contribuam como espaços de convivência social, independente da deficiência nos Institutos Federais?

Fonte: Os Autores.

2.2 Definição dos mecanismos de busca e dos descritores

Com a finalidade de verificar estudos em andamento ou concluídos, que contribuíssem para responder as questões **Q₁** e **Q₂**, realizou-se uma pesquisa nos seguintes bancos de dados: Banco de Teses e Dissertações do Portal da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (<https://www.periodicos.capes.gov.br/>); no Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>) e; na SCIELO (<https://www.scielo.org/>). Os documentos, foram procurados por meio de uma pesquisa automática, nos últimos 5 anos – janeiro/2014 a junho/2019 – sendo utilizado as combinações de descritores, apresentados pelo Quadro 2.

Quadro 2 – Descritores da revisão.

Descritores	Combinação de Descritores
D1	"deficiente visual" and "ensino técnico" or "curso técnico" or "cursos técnicos" or "formação técnica" or "qualificação profissional" or "EPT" or "educação profissional".
D2	"biblioteca inclusiva" and "tecnologia assistiva" or "ajuda técnica" or "livro acessível" or "deficiência visual" or "cegos" or "baixa visão".
D3	"visually impaired" or "blind" or "low vision" and "professional education" or "technical education" or "federal institute".
D4	"Library inclusive" and "visually impaired" or "blind" or "low vision" and "assistive technology" or "technical assistance".

Fonte: Os Autores.

Como o tema biblioteca inclusiva e deficiência visual, em relação ao Ensino Profissional e Tecnológico, nos últimos 5 anos, não proporcionou uma vasta literatura, por meio das consultas preliminares, foram necessários utilizar várias combinações, com palavras sinônimas ou com sentidos parecidos, para se obter os resultados. Por essa razão, o Quadro 2 é composto pela combinação de vários descritores.

2.3 Definição dos critérios de inclusão e exclusão

Para refinar a pesquisa, Kitchenham (2009), afirma que há a necessidade de critérios de inclusão e exclusão, que devem ser baseados nas questões escolhidas, sendo interpretados de forma segura e que classifiquem os trabalhos corretamente. Logo, ao findar da procura dos documentos, definiu-se a utilização (inclusão) ou não utilização (exclusão) do material que se alinhasse a discussão do protocolo de revisão, exemplificados no Quadro 3.

Quadro 3 – Critérios de inclusão e exclusão.

Critérios	Descrição
Inclusão	Documentos que auxiliem no entendimento: do conceito de deficiência visual, inclusão nas bibliotecas, livros adaptados e acessíveis, serviços inclusivos, a importância da tecnologia para a inclusão e as barreiras que impõe, a inclusão no ensino profissional e tecnológico, legislações, dificuldades para se incluir eticamente, quais ferramentas e atitudes são utilizadas nas bibliotecas inclusivas, e pesquisas que subsidiem a responder as Q ₁ e Q ₂ .
Exclusão	Documentos que tratam: sobre outras deficiências, sobre exclusivamente a prática pedagógica do professor, leituras que trazem a questão médica da deficiência visual; pesquisas que abordam inclusão na educação infantil; documentos que focam exclusivamente na história dos deficientes na antiguidade e seus sofrimentos; trabalhos duplicados encontrados em fontes diversas; trabalhos que defendem somente a educação especial.

Fonte: Os Autores.

3 RESULTADOS

Após os procedimentos, conforme explicitado nos itens 2.1, 2.2 e 2.3, foram encontrados: 18 fontes no Portal da CAPES, sendo incluídos 2 artigos; 16 fontes no Google Acadêmico, sendo incluídos 3 artigos; e na SCIELO foram encontrados 64 documentos muito amplos sobre o tema, portanto foram incluídos 2 artigos e 2 dissertações de mestrado. Os resultados encontrados, totalizaram 98 documentos, sendo 89 fontes excluídos, após a utilização dos critérios de inclusão e exclusão, restando 9 documentos, considerados relevantes dentro dos critérios estabelecidos no protocolo, exemplificando-se com a Figura 2.

Google Scholar			SciELO			CAPES		
D1	10 RESULTADOS	1 INCLUÍDO	D1	64 RESULTADOS	2 INCLUÍDOS	D1	8 RESULTADOS	2 INCLUÍDOS
D2	3 RESULTADOS	1 INCLUÍDO	D2	0 RESULTADOS	2 INCLUÍDOS	D2	4 RESULTADOS	0 INCLUÍDO
D3	2 RESULTADOS	1 INCLUÍDO	D3	0 RESULTADOS	SEM ANÁLISE	D3	1 RESULTADO	0 INCLUÍDO
D4	1 RESULTADO	0 INCLUÍDO	D4	0 RESULTADOS	SEM ANÁLISE	D4	5 RESULTADOS	0 INCLUÍDO

Figura 2 – Resultados do protocolo de revisão sistemática de literatura.

Ao longo da formulação da revisão da literatura e do protocolo, percebeu-se que a grande maioria das pesquisas encontradas, tratavam da deficiência, enquanto aspecto médico e doença ou a questão da acessibilidade física nos espaços públicos e privados. Outras pesquisas, tratavam da deficiência na infância, na educação superior, e o ensinar do Braille, bem como, ações de se locomover sozinho e de ser independente, o que resultou, a inclusão de 9 documentos, por responder as questões desse trabalho. Inicialmente, afirma-se que todas as pesquisas, contribuem fundamentalmente para “abrir os olhos” quanto a falta de inclusão, que é obrigatória por lei. Ofertar cursos profissionais para estudantes com deficiência visual, seguramente é um avanço educacional e social. Entretanto, não é somente esse fato, que será suficiente para que essas pessoas tenham acesso ao mundo do trabalho e uma educação omnilateral¹. A seguir será realizada uma breve reflexão sobre esses documentos, em ordem cronológica.

4 DISCUSSÃO

Marques (2014), pesquisou o Instituto Federal de Brasília (IFB), para verificar quais estratégias são utilizadas no ingresso e na permanência de estudantes com deficiência, em seus cursos. Mesmo o IFB declarando ser uma instituição inclusiva e, na época, ter projetos em andamento, como a implantação de espaços acessíveis, e a criação de um modelo de estrutura física e pedagógica que promovesse o acesso universal ao conteúdo da biblioteca, a pesquisa identificou que há falta de diretrizes na instituição com o intuito de sistematizar o ingresso e a permanência dos estudantes com deficiência, portanto, justifica-se a relevância de sempre discutir o tema.

Pupo e Martins (2014) – de modo complementar a Marques (2014) – verificaram a construção de parâmetros para a implantação de bibliotecas acessíveis, tendo como referencial teórico uma ampla revisão da legislação internacional e nacional sobre o tema. Trata-se de um material rico em conceitos e estratégias, além das autoras defenderem o uso do Desenho Universal, o qual significa, que desde o princípio, os equipamentos, devem ser projetados para atender a diversidade das distintas necessidades humanas, sem necessitar de adaptações ou recursos adicionais para atender e simplificar a vida de qualquer pessoa em qualquer idade.

¹ Uma formação que desenvolva ao máximo as potencialidades espirituais-intelectuais dos indivíduos. Fonte: SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: Ferretti, Celso J. et al. (Orgs.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994

Observando a perspectiva de Pupo e Martins (2014), entende-se que o conceito de biblioteca se torna mais amplo do que se imagina. Os autores advogam que, a biblioteca possui, o papel de contribuir para o ensino, a pesquisa e extensão, por meio da prestação de serviços à comunidade interna e externa. Portanto, deve ser considerado espaço de informação para a orientação das várias necessidades dos seus usuários. Mas, antes de tudo, serem consideradas ambientes sociais, visto que, é um cenário onde ocorre continuamente a interação de pessoas e a troca de informações diversificadas nos diferentes níveis de ensino.

Outro ponto a evidenciar é a adoção das Tecnologias Assistivas (TA). Rabello e Gasparetto e Alves e Monteiro e Carvalho (2014), no trabalho, *The influence of assistive technology devices on the performance of activities by visually impaired*, verificaram a influência da utilização de recursos de tecnologia assistiva no desempenho de escolares com deficiência visual. Averiguou-se, melhor desempenho das habilidades de leitura, após o uso desses recursos, o que promoveu a realização de atividades acadêmicas em igualdade aos colegas da sala, permitindo-lhes superar sua aparente desvantagem. Esses resultados ratificam o potencial das tecnologias assistivas. Contudo, atenta-se, que a pesquisa não se preocupou, especificamente, que os estudantes lessem mais rápido e realizassem atividades em igualdade em relação aos seus pares, e sim, permitiu verificar que é possível oportunizar a leitura de maneira mais inclusiva e com equidade.

No estudo de Fernandes e Costa (2015), aborda-se uma pesquisa peculiar, ao mostrar a estratégia de tutoria de pares por estudantes, como uma ferramenta para apoiar os alunos com deficiência visual, em seu processo de inclusão no ensino técnico e superior. Os autores, sugerem que ações específicas ao atendimento ao suporte inclusivo podem ser ocasionadas de acordo com situações específicas, o que demanda recursos humanos e tecnológicos de forma combinada ou isolada. Fernandes e Costa (2015), não identificam o Instituto Federal estudado, mas, fica evidente a necessidade de reformulação nas normas dessa atividade, com o objetivo de formar os tutores, afinal, são estudantes; e rever a forma de seleção destas pessoas, verificando o perfil, e como o autor sugere, selecionar “colegas de mesma classe”, para facilitar o processo, tendo em vista que previamente há uma relação.

Ramos (2016), em sua dissertação de mestrado, objetivou compreender a política de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, nomenclatura utilizada pelo autor, em um campus do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. É possível perceber no resumo da pesquisa que o autor indica que os resultados obtidos foram insatisfatórios, encontrando desacordo entre as exigências das legislações e o plano institucional do respectivo Instituto. Os estudantes com deficiência partícipes da pesquisa, afirmaram que há avanços na inclusão como o sistema de cotas, a divulgação e realização de processos seletivos acessíveis. Contudo, também, afirmaram, que faltam ações para a permanência e insuficiência na formação inicial e continuada dos profissionais. Os professores investigados na pesquisa, declararam que o Núcleo de Apoio às Pessoas com Deficiência (NAPNE) é indispensável, todavia, ressaltam a falta de infraestrutura, formação sobre a temática e condições inadequadas de trabalho de orientação e suporte.

Em relação ao universo da biblioteca inclusiva, Jorge Anna (2016), reflete sobre a redefinição da biblioteca para professores e alunos no século XXI. A história desse espaço, aponta que se trata de “uma unidade adaptativa”. Essa, de acordo com o autor, adquiri novas características a partir das necessidades dos usuários e das inovações tecno-científicas. O resultado do estudo, demonstra que as bibliotecas extrapolaram as suas funções de disseminar informação, exercendo também, funções socioeducativas. E, desse modo, deixa de ser um espaço

simplesmente informacional e transforma-se em ambientes de convivência, como afirma o pesquisador. O trabalho de Spina (2017), intitulado *A Place for Everyone* (que pode ser traduzido como “Um lugar para todos”), afirma ser necessário também, defender o uso do *Universal Design* (que no Brasil é conhecido como Desenho Universal) pois é uma ferramenta essencial para a inclusão. Um lugar para todos, é o que defende a autora, desse modo, a pesquisa, indica os critérios estabelecidos em leis como a *Americans with Disabilities Act (ADA)*, visando um mundo preparado e que produtos e serviços sejam criados com um design funcional para qualquer pessoa, que tornará, por exemplo, a biblioteca em um espaço inclusivo a qualquer usuário.

Por outro lado, Malheiros e Cunha (2018), debatem algo fundamental, que é a exclusão proporcionada pelas tecnologias, ao afirmarem, que trouxeram acesso a uma gama de informações, porém, a falta de acessibilidade, como os livros que não são digitais ou em Braille, funciona como uma barreira aos usuários com deficiência visual. O método utilizado pelos autores, foi uma revisão de literatura, nas bases de dados: *Library and Information Science Abstracts (LISA)*, *Library & Information Science and Technology Abstracts (LISTA)*, *Information Science and Technology Abstracts (ISTA)*, a Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Google e Google Acadêmico, concluindo-se que bibliotecas inclusivas, funcionam como ferramentas colaboradoras na aquisição da informação, demonstrando a importância e a necessidade de se discutir esta temática e encontrar soluções efetivas. Além de apontarem, que apenas de 5% a 7% do que é publicado nos países desenvolvidos e menos de 1% nos países em desenvolvimento estão disponibilizados em formato adaptado, sendo uma solução, a cooperação e parcerias entre os serviços de bibliotecas, na aquisição de materiais adaptáveis, para que haja um atendimento de qualidade. Portanto, os autores, defendem que estudos sobre essa temática, são essenciais no desenvolvimento da coleção de qualquer biblioteca, sobretudo para usuários com deficiência visual que têm necessidades específicas.

Bruno e Nascimento (2019), no artigo “Política de Acessibilidade: o que dizem as pessoas com deficiência visual”, dão voz a essas pessoas para discutir quais os recursos tecnológicos utilizam, vantagens e desvantagens e suas reivindicações e sugestões. Partem do conceito de sociedade em rede e sociedade da informação, com o acesso ao conhecimento e ao processo de democratização da informação, ideias defendidas por Manuel Castells, em seu livro: *A sociedade em rede*. Através das entrevistas, descobrem que o sistema operacional mais utilizado é o DOSVOX, criado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, permitindo leitura de textos em voz sintetizada, ampliação de caracteres, sendo considerado um sistema completo de edição de textos, jogos e *browser* para navegação na internet. Outros entrevistados, comentam sobre sistemas similares e pouco conhecidos, como o ORCA, JAWS e NVDA, mas como os indivíduos necessitam de um atendimento específico, muitos pontos ainda necessitam ser melhorados. Assim, concluem que as tecnologias assistivas são instrumentos que permitem a participação de professores e estudantes na comunidade escolar, e que para pessoas com deficiência visual, são fundamentais, pois necessitam de livros em formatos acessíveis ou de arquivos digitais que possam ser reconhecidos por leitores de telas ou outras tecnologias.

5 ESTRATÉGIAS IDENTIFICADAS

O Quadro 4 sumariza em ordem cronológica as estratégias ao suporte inclusivo para bibliotecas na EPT identificadas a partir dos resultados da análise e discussão das 9 fontes selecionadas pelo protocolo e é formado por três campos. O campo denominado “Item

identificado” corresponde aos problemas ou desafios encontrados nos artigos selecionados. O campo “Estratégias” relaciona diferentes estratégias ou ações utilizadas ou recomendadas no trabalho de pesquisa analisado. Por fim, o terceiro campo designado de “Autores” identifica a fonte que o conteúdo apresentado foi originado.

Quadro 4 – Estratégias ao suporte inclusivo para bibliotecas na EPT identificadas na literatura.

Item Identificado	Estratégias	Autor (es)
Ausência de diretrizes na instituição para sistematizar o ingresso e a permanência de estudantes com deficiência.	Adoção de espaços acessíveis.	Marques (2014)
	Elaboração de um modelo de estrutura física e pedagógica.	
	Acesso universal ao conteúdo.	
Ausência de parâmetros para a implantação de bibliotecas acessíveis.	Adoção ao desenho universal para bibliotecas.	Pupo e Martins (2014)
	Atendimento à diversidade.	
	Evitar a necessidade de adaptações.	
Influência da utilização de recursos de tecnologia assistiva no desempenho de escolares com deficiência visual para leitura.	Evitar competição.	Rabello e Gasparetto e Alves e Monteiro e Carvalho (2014)
	Promover equidade na realização das atividades acadêmicas.	
Dificuldades na realização de trabalho colaborativo.	Tutoria por pares.	Fernandes e Costa (2015)
	Uso combinado ou isolado de recursos humanos e tecnológicos.	
Falta de ações para a permanência e insuficiência na formação inicial e continuada dos profissionais.	Fortalecer o ingresso inclusivo aos IF.	Ramos (2016)
	Fornecer visibilidade aos NAPNE à comunidade.	
	Viabilizar ao NAPNE condições adequadas de trabalho de orientação e suporte.	
	Ofertar formação inicial e continuada aos profissionais.	
Redefinição da biblioteca para as atividades acadêmicas no século XXI.	Flexibilizar o atendimento dos seus usuários.	Jorge Anna (2016)
Tornar a biblioteca um espaço inclusivo a qualquer usuário.	Utilizar como ferramenta essencial o Universal Design ou Desenho Universal.	Spina (2017)
Promover cooperações e parcerias entre diversas bibliotecas.	Observar a inclusão e exclusão proporcionada pelas tecnologias.	Malheiros e Cunha (2018)
	A importância de livros em Braille ou em formato digital.	
	As bibliotecas inclusivas possuem o papel de colaboradoras no processo de aquisição de informações.	
	Observar a diversidade humana para compor a coleção de qualquer biblioteca.	
Buscar à democratização da informação .	Construir, em conjunto com pessoas com deficiência visual, políticas inclusivas.	Bruno e Nascimento (2019)
	Observar quais tecnologias atendem cada usuário.	
	Solicitar sugestões e críticas aos usuários com deficiência visual.	

Fonte: Os Autores.

Foram identificadas 23 estratégias ao suporte inclusivo das bibliotecas na EPT. Contudo, é possível perceber a existência de similaridades das estratégias em diferentes trabalhos. Em Marques (2014), Pupo e Martins (2014), Spina (2017) identifica-se que os autores recomendam que os espaços bibliotecários devem adotar um design universal (ou desenho universal) para atendimento inclusivo dos diferentes usuários, tornando-o o mais flexível possível. Além disso, é possível perceber Malheiros e Cunha (2018) e Bruno e Nascimento (2019), explanam sobre a

importância da tecnologia para pessoas com deficiência visual, mas a necessidade de observar quais delas atendem cada usuário e promover a inclusão dialogando com esses usuários. Ao revisar o Quadro 4, identificar e excluir as similaridades das estratégias presentes no respectivo quadro, foi gerado o Quadro 5 que apresenta 13 estratégias resultantes ao suporte inclusivo para bibliotecas na EPT que estão consoantes aos critérios estabelecidos nesta investigação.

Quadro 5 – Estratégias ao suporte inclusivo para bibliotecas na EPT revisadas.

Item	Estratégias
1	Acesso universal ao conteúdo
2	Adoção ao desenho universal para bibliotecas
3	Atendimento à diversidade
4	Evitar a necessidade de adaptações
5	Evitar competição
6	Promover equidade na realização das atividades acadêmicas
7	Tutoria por pares
8	Uso combinado ou isolado de recursos humanos e tecnológicos
9	Fortalecer o ingresso inclusivo aos IFs
10	Fornecer visibilidade aos NAPNE à comunidade
11	Viabilizar ao NAPNE condições adequadas de trabalho, de orientação e suporte.
12	Ofertar formação inicial e continuada aos profissionais.
13	Flexibilizar o atendimento dos seus usuários.

Fonte: Os Autores.

É importante destacar que as estratégias contidas no Quadro 5 refletem aos critérios definidos no protocolo e não se esgotam nesta investigação. Elas representam, portanto, um conjunto inicial de ações que podem ser exploradas em contextos específicos da EPT para o atendimento inclusivo aos estudantes com deficiência visual.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PRÓXIMOS PASSOS

Considerando que o objetivo do artigo foi especificar e implementar um protocolo de revisão de literatura que possui a finalidade de identificar na literatura quais estratégias no âmbito dos Institutos Federais têm sido utilizadas ao suporte inclusivo das bibliotecas, percebeu-se que a construção do protocolo de revisão sistemática de literatura, apresentou resultados relevantes para a pesquisa, considerando as questões de pesquisa estabelecidas (Q1 e Q2). Primeiramente, houve o planejamento da revisão, que se dividiu em 3 etapas, posteriormente definiu-se as questões norteadoras, os mecanismos de busca e os critérios de inclusão e exclusão de documentos. A pesquisa ocorreu no banco de dados da CAPES, SCIELO e no Google Acadêmico, nos últimos cinco anos, baseando-se nos fundamentos de Kitchenham (2007, 2009), resultando na inclusão de 9 trabalhos para análise e discussão. Finalmente, identificou-se as estratégias utilizadas pelas obras selecionadas, sumarizado em ordem cronológica no Quadro 5, que apresenta 13 estratégias.

Compreendendo-se, portanto, que existem iniciativas nos Institutos Federais, em relação a inclusão de pessoas com deficiência visual, especificamente nas bibliotecas, mas que são pontuais e não uniformizadas, tendo em vista que os IF são instituídos nacionalmente por lei, com deveres a serem cumpridos. Portanto, é importante destacar a necessidade de políticas institucionais padronizadas que busquem utilizar estratégias específicas para as bibliotecas se tornarem

inclusivas e, atenderem, assertivamente as necessidades específicas de cada indivíduo com deficiência visual. Além disso, é interessante notar a perspectiva dos autores sobre as bibliotecas inclusivas, pois depreende-se assim, que a biblioteca possui um papel social e cultural, além de educacional e informacional. É possível perceber que seu conceito ao passar do tempo, torna-se interdisciplinar e abrangente, o que se alinha com as propostas de educação profissional e tecnológica, mas ainda pouco explorada nos estudos científicos no âmbito da EPT. Por fim, os resultados obtidos oriundos deste protocolo de revisão, servirão como subsídios para a continuidade da pesquisa nas bibliotecas do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Inclusive, espera-se que os resultados obtidos sirvam de base para que outros pesquisadores possam reproduzir outras investigações similares.

7 AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) pela autorização para o desenvolvimento da pesquisa na instituição. A solicitação de autorização foi protocolada sob o número do Processo 23295.020043.2018-86.

8 REFERÊNCIAS

ANNA, Jorge Santa. A redefinição da biblioteca no século XXI: de ambientes informacionais a espaços de convivência. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.** São Paulo: maio/ago. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999. **Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.**

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.**

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (estatuto da Pessoa Com Deficiência).** Brasília, DF.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; NASCIMENTO, Ricardo Augusto Lins do. Política de Acessibilidade: o que dizem as pessoas com deficiência visual. **Educação & Realidade.** Porto Alegre: 2019.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico.** Tradução de Maria Thereza de Carvalho Barrocas e Luiz Octavio Ferreira Barreto Leite. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

Cartilha do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010 – Pessoas com Deficiência.** Brasília : SDH-PR/SNPD, 2012.

FERNANDES, Woquilon Lima; COSTA, Carolina Severino Lopes da. Possibilidades da tutoria de Pares para Estudantes com Deficiência Visual no Ensino Técnico e Superior. **Rev. Bras. Ed. Esp., Marília,** v. 21, n. 1, p. 39-56, Jan.-Mar., 2015.

FEMINELLA, Anna Paula; LOPES, Laís Figueirêdo. Disposições Gerais/Da Igualdade e da não Discriminação e Cadastro-Inclusão; IN: SETUBAL, Joyce Marquezin; FAYAN, Regina Alves Costa (orgs.). **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Comentada.** Campinas: Fundação FEAC: 2016.

- GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello et. al. Acessibilidade na biblioteca do IFAM: campus Manaus Centro. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina-Florianópolis**: v. 20, n. 2, p. 321-338, maio./ago., 2015.
- KITCHENHAM, Barbara. Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering. **Ebse Technical Report**, Durham: v. /, n. /, p.1-65, jul. 2007.
- KITCHENHAM, Barbara et al. Systematic literature reviews in software engineering - A systematic literature review, *Inf. Softw. Technol. Information And Software Technology*, Durham-uk: v. /, n. 7, p.7-15, set. 2009.
- MALHEIROS, Tania Milca; CUNHA, Murilio Basto de. As bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiências visual. **RDBCI**: v.16, n.1, p.146-170, jan./abr.2018.
- MANTOAN, Marai Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.
- MARQUES, Claudia Luíza. Educação Profissional: o ingresso, as tecnologias e a permanência dos alunos com deficiência no Instituto Federal de Brasília. **Dissertação de Mestrado**. Brasília: UnB/FE/Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- PADILHA, Anna Maria Lunardi. O que fazer para não excluir. IN: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de, (orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 4 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013.
- PUPO, Deise Tallarico; MARTINS, Valéria dos Santos Gouveia. Construção de parâmetros para implantação de bibliotecas acessíveis. **Revista Gestão & Conexões Management and Connections Journal Vitória (ES)**: 2014, v. 3, n. 1.
- RABELLO, Suzana; et al. The influence of assistive technology devices on the performance of activities by visually impaired. **Rev Bras Oftalmol**: 2014.
- RAMOS, Ismar Batista. Inclusão na educação profissional [manuscrito]: uma avaliação a partir da visão dos profissionais e alunos de um campus do IFNMG. **Dissertação de Mestrado**. Diamantina: UFMG, 2016.
- SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. São Paulo: Wva, 2010.
- SOUSA, Clemilda dos Santos; RABELO, Jeriane da Silva. Biblioteca inclusiva: construindo pontes entre o visível e o invisível. In: (ORG.), Viana Gomes Pereira. **Acessibilidade na UFC**. Fortaleza: Edificações UFC: 2014. p. 59-74.
- SPINA, Carli. A Place for Everyone. **School Libray Journal**: May 2017, Vol.63(05), p.28.
- VIEIRA, Simone Bastos. Análise comparativa entre indexação automática e manual da literatura brasileira de ciência da informação. **R. Bibliotecon**. Brasília, v. 16, n. 1, p.83-94, jan. 1988.